

Espaços potentes para a democracia: um olhar sobre os CRAS em um município do Sul do Brasil

Kátia Maheirie. Universidade Federal de Santa Catarina
Luiza Marson Moraes. Universidade Federal de Santa Catarina
Marcelo Felipe Bruniere. Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este artigo compõe uma ampla pesquisa, cujo objetivo foi investigar trabalhadores de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no que se refere a seus fazeres com grupos e coletivos, e experiências de subjetivação política, em municípios do Brasil. Este artigo foca a compreensão dos trabalhadores acerca dos usuários dos CRAS em um município da região Sul. Por meio de entrevistas semiestruturadas, videogravadas e realizadas coletivamente com as equipes dos CRAS, buscamos uma análise voltada ao discurso dos sujeitos, tomando como base o pensamento de Jacques Rancière e dialogando com as diretrizes da PNAS. Os resultados apontam para discursos nos quais se identificam, em grande parte, por relações com os usuários orientadas pelo princípio da igualdade, indicando práticas voltadas à emancipação. Considerando que os CRAS possibilitam uma ampliação do exercício político das comunidades onde se encontram, aponta-se a necessidade de intenso investimento nesses serviços.

Palavras-chave: política de assistência social; serviço social; democracia; igualdade.

Abstract

Powerful spaces for equality, emancipation and democracy: a look at the CRAS in a southern Brazilian City. This article is part of an extensive research project whose objective was to research the workers from Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) regarding their doings with groups and collectives, and experiences of political subjectivation, in Brazilian counties. This article focuses on workers' understanding of CRAS users, in a county of the southern region. Through semi-structured interviews, video-recorded and conducted collectively with the CRAS teams, we seek an analysis focused on the subjects' discourse, based on Jacques Rancière's thinking and dialoguing with the PNAS guidelines. The results point to discourses in which are identified, in most of it, by relationships with users guided by the principle of equality, indicating practices towards the emancipation. Considering that the CRAS enables an expansion of the political exercise of the communities where they are located, there is a need for maintenance and investment in these services.

Keywords: social welfare policy; social work; democracy; equality.

Resumen

Espacios poderosos de igualdad, emancipación y democracia: una mirada a los CRAS de un municipio del sur de Brasil. Este artículo forma parte de un amplio proyecto de investigación cuyo objetivo fue investigar los trabajadores de los Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) en relación con su trabajo con grupos y colectivos y sus experiencias de subjetivación política en los municipios de Brasil. Este artículo se centra en la comprensión que tienen los trabajadores de los usuarios del CRAS en un municipio del sur de Brasil. A través de entrevistas semiestruturadas, grabadas en vídeo y realizadas colectivamente con los equipos del CRAS, buscamos un análisis centrado en el discurso de los sujetos, basándonos en el pensamiento de Jacques Rancière y dialogando con las directrices del PNAS. Los resultados señalan que los discursos se identifican, en gran medida, por las relaciones con los usuarios guiadas por el principio de igualdad, lo que indica prácticas volcadas a la emancipación. Teniendo en cuenta que los CRAS permiten ampliar el ejercicio político de las comunidades donde se encuentran, es necesario invertir intensamente en estos servicios.

Palabras clave: política de bienestar social; servicio social; democracia; igualdad.

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior intitulada “Experiências Coletivas em Centros de Referência em Assistência Social”¹. Essa pesquisa investigou a compreensão das equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) sobre suas práticas, principalmente no que se refere às atividades e experiências coletivas vividas nos espaços dos CRAS. A partir das informações produzidas na pesquisa, as quais se referem ao período de agosto de 2017 a agosto de 2018, por meio de entrevistas abertas, semiestruturadas e produzidas coletivamente com as equipes de cada CRAS investigado, buscou-se compreender a potência dos trabalhos com coletivos, as dificuldades e avanços nos seus fazeres e, por fim, como significam essas experiências. Nesta pesquisa ampliada, investigamos 22 CRAS, pertencentes a cinco municípios envolvendo o sul e o nordeste do país. Como resultados desta pesquisa, identificamos diversas experiências com grupos e coletivos, as quais foram capazes de fortalecer e criar vínculos comunitários e familiares (Lopes, et al, 2020), assim como experiências de subjetivação política por parte das equipes de assistência social (Maheirie, et al, 2021; Maheirie, et al, 2019) e, também, alguns avanços e dificuldades vivenciados em diferentes aspectos das suas práticas no serviço (Maheirie, et al, 2020). O objetivo deste artigo é analisar como alguns profissionais das equipes significam os usuários do serviço, identificando a possibilidade de deslocamento identitário e das lógicas assistencialistas e tutelares que marcam o histórico no campo. Buscamos, assim, expandir reflexões que possam auxiliar profissionais a pensarem seus fazeres considerando aquilo que pode se mostrar como potente para o fortalecimento dos sujeitos e da própria política de assistência social.

As políticas da Assistência Social, no momento de realização da pesquisa, estavam fundamentadas como política pública integrante da Seguridade Social, que se voltava para o direito e a cidadania social. As ações, no que diz respeito ao *locus* de investigação da pesquisa, objetivavam assegurar a efetivação desses direitos que eram ratificados pelo Estado brasileiro, além de visibilizar a emancipação política dos sujeitos usuários através das experiências coletivas e do fortalecimento de vínculos (MDS, 2004). Para analisarmos os enunciados das entrevistas, partimos de uma breve contextualização do campo da pesquisa. A obra de Jacques Rancière (2015) e as contribuições teóricas de Espinosa (2007) também norteiam a discussão proposta, considerando a igualdade de saberes como deslocamento das lógicas

tutelares. Dessa forma, buscamos articular essas considerações teóricas com os discursos que atravessam as narrativas de alguns profissionais da Assistência Social. Estudar e subsidiar as práticas nesses espaços se mostra relevante não apenas a fim de compreendê-las, mas também de defendê-las diante do contexto nacional de desmonte das políticas públicas, ameaçadas por forças conservadoras e neoliberalistas.

Emancipação política e cidadania

A Psicologia, embora atue há décadas na Assistência Social, aumenta significativamente sua presença neste campo de atuação a partir da consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Conselho Federal de Psicologia, 2016). Essa inserção propiciou uma atualização das concepções que figuram a área, interpeladas a dialogar com a realidade dos territórios nos quais atua (Yamamoto & Oliveira, 2010).

A Assistência Social é assegurada pelo Estado sob respaldo do direito social, compondo um dos eixos principais da Seguridade Social junto à saúde e à previdência, desde a Constituição de 1988 (Romagnoli, 2016). É importante demarcar o momento instituinte da Constituição (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988), porque reformula concepções e distribuições de papéis. A sociedade neste contexto era marcada por clientelismos, assim como práticas herdadas de lógicas assistencialistas e coloniais que acabam por contribuir à manutenção da desigualdade.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - regulamentada o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Lei nº. 8.742, 1993). O SUAS, criado em 2005 é a principal via pela qual as políticas públicas de Assistência Social se operacionalizam, no que diz respeito à atenção voltada às pessoas em situação de vulnerabilidade social. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é formalizada em 2004 (MDS, 2004), e está dividida em três níveis de gestão: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, e Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade (MDS, 2009). Os Centros de Referência em Assistência Social estão identificados na Proteção Social Básica.

Os CRAS são voltados à prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais, e destinados à emancipação dos sujeitos usuários, considerando-os ativos na promoção e manutenção de direitos sociais. Com atuação local, estão distribuídos entre bairros e/ou regiões municipais e regidos na diretriz da ação

territorializada (MDS, 2009). Como encontramos nas Orientações Técnicas para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, que baseia a política de assistência social no Brasil (MDS, 2012), a criação e o fortalecimento de vínculos são compreendidos como elementares à emancipação - além da garantia de direitos através de serviços, programas e projetos destinados ao público do serviço. As atividades são realizadas em formatos de grupos, oficinas, ações coletivas e comunitárias.

A equipe de referência é composta em relação ao número de famílias referenciadas e, pela lógica da interdisciplinaridade, podendo contar com profissionais de áreas diversas (MDS, 2009). A equipe mínima conta com dois técnicos de nível médio e dois de nível superior, sendo um deles assistente social e o outro, de preferência, psicólogo. As unidades também podem contar com pedagogos, estagiários, educadores, dentre outras áreas. Os CRAS também oferecem serviços de convivência com diversos programas educativos e de redistribuição de renda.

É importante constar que as políticas públicas, em especial as relacionadas à seguridade social, passam por redução (ou frequentes tentativas) de investimentos a partir de 2016, movimento ilustrado, por exemplo, na tentativa de desvinculação do valor do BPC do salário mínimo para os idosos (Boschetti & Behring, 2021). Paralelamente e conseqüentemente o Brasil passa a registrar crescimento nos indicadores de pobreza e redução dos investimentos sociais, além de experimentar uma pandemia viral, a Covid-19 (Castilho & Lemos, 2021) que se inicia a posteriori da realização da pesquisa que nos baseia. Tal quadro se configura como um processo de dismantelamento dos serviços sociais prestados pelo Estado, acarretando em equipes incompletas, funcionamento por meio período do dia, falta de imóvel próprio para atendimento da comunidade, indisponibilidade de automóveis para visitas aos territórios mais distantes, entre outros.

Tendo contextualizado os CRAS, vale mencionar que a história que acompanha essas políticas sociais se liga a um “processo de alocação e distribuição de valores, e campo de oposição e contradição de interesses” (Yamamoto & Oliveira, 2010, p. 10). Neste tensionamento, tem-se a noção de cidadania regulada estabelecida através do modo de estratificação ocupacional, dialogando com práticas ligadas a lógicas elitistas, populistas e ao histórico de caridade das primeiras-damas no

Brasil, que se orientava pela “bondade” daqueles que “têm” e doam aos que “não têm” (Santos, 1979).

A Constituição de 88 (Constituição da República Federativa do Brasil, 1998) torna possível uma compreensão do cidadão como sujeito de direitos, garantidos democraticamente e de forma universal. Entretanto, o conceito de cidadania traz em seu histórico formas diferentes de conceber os trabalhadores. O conceito de cidadania regulada se desenvolveu em relação a um contexto de construção de cidadania no qual o objetivo principal está na definição de cidadão por meio do exercício profissional. Essa ideia está ligada à estruturação de um sistema de inclusão dos trabalhadores a uma ordem centralizadora do Estado a partir da década de 30, com o propósito de dar estabilidade ao regime político e funções para a população na máquina do governo (Carretero, 2018).

Embora o jogo de forças dos movimentos sociais tenha contribuído para a consolidação de uma política não assistencialista (orientada a operar em lógicas não tutelares), a herança nos modos de ser e de fazer, até o ano de 2004, ainda demarcam as práticas na Assistência Social. Uma dessas heranças se percebe, por exemplo, na ambigüidade entre emancipar e tutelar. Nesse caso, há uma diferença que reside nas formas de lidar com a desigualdade. A primeira pressupõe a condição de sujeito autônomo e a segunda prescreve um modo verticalizado (Fachin & Pagliarini, 2018).

O dado da desigualdade é um ponto chave para a questão assistencial, porque escancara as contradições e reforça violências estruturais (Yamamoto & Oliveira, 2010). A discussão sobre a lógica ocidental e colonial que divide as experiências entre corporais e mentais parece propícia neste ponto. Isso porque a intelectualidade pode ser apresentada como dimensão legitimadora sobre a capacidade para governar e manter a ordem. Em sua obra sobre masculinidades negras e racismo, Faustino (2014) aborda como a dicotomização entre mente e corpo também contribuiu para projetos de racialização no mundo sob o imperialismo europeu. Nesta concepção, o poder para ordenar é designado a homens dotados intelectuais - o homem branco europeu e a obediência é referida aos homens mundanos, pessoas sem alma, de carne, racializadas (Faustino, 2014). Cabia, portanto, aos colonizadores a honrosa tarefa de educar e ensinar àqueles considerados selvagens e alienados, os desprovidos de intelecto, para que a nação pudesse rumar à prosperidade e à superioridade moral.

No Brasil, país que também foi construído colonialmente, a desigualdade é um dado histórico que opera por lógicas diversas. A Assistência Social no Brasil lida com a desigualdade através da promoção da cidadania e da emancipação de sujeitos. Por outro lado, seu histórico é enraizado no cristianismo que, diante das classes subalternizadas, colocava, como citado anteriormente, a bondade dos provedores e dotados de posse como grande instrumento de caridade, “doando àqueles que precisam”. Essa dinâmica da caridade se configura como um projeto de sociedade que parte de uma perspectiva sobre a desigualdade e trabalha no sentido de mantê-la.

Segundo Rancière (2015), não existe instância transcendente que poderia sustentar alguma hierarquia entre as inteligências, portanto, todos os modos de conhecer e aprender podem se relacionar com qualquer objeto e construir conhecimento. A *igualdade*, segundo o autor, não é um objetivo a ser alcançado, mas um pressuposto a ser verificado. Quando partirmos da desigualdade, estaremos afirmando-a, reiterando sua equação e produzindo-a continuamente. A igualdade, como um axioma, abole o intervalo insuperável entre o saber e o não saber entre saberes inferiores e superiores. Se todos os seres existem em potência, nada justifica a desigualdade se não uma divisão do mundo entre grupos privilegiados pelos padrões de poder e aqueles sem parcela nessa distribuição. As pessoas são embrutecidas quando as supomos incapazes de lidar com decisões relativas à sua própria existência. A *emancipação*, aqui, se coloca em ato, partindo da potência das inteligências entre todos os seres falantes (Rancière, 2015).

A igualdade, nesse sentido, é uma constatação da inexistência de atributos inferiores ou superiores, que não sejam socialmente naturalizados. Não é apenas o ato embrutecedor que reside na instrução ou explicação, mas o próprio laço da ordem social. Tal ordem se liga eminentemente à hierarquização, porque é necessária à distribuição ou partilha do comum e a justificativa da desigualdade precisa ser afirmada porque não se fundamenta senão nela mesma (Rancière, 2015). Assim, as inteligências são divididas entre os que sabem e os que não sabem, entre os mestres e os ignorantes, entre os que “podem” e os que “não podem”. Esta relação se dá em cadeia, porque o pensador despreza a inteligência do operário, que despreza a inteligência do camponês, seguindo um ciclo de inferiorização através da superiorização, mantendo a lógica da desigualdade e compensando-se de seu lugar, perpetuando o “paradoxo dos inferiores superiores” (Rancière, 2015, p. 124).

Por consequência, os considerados “mais capazes” terão a visão dos interesses gerais e poderão apontar os rumos da sociedade porque a compreendem. Deverão lidar com as massas, que são ignorantes (Vermeen, Cornu, & Benvenuto, 2003) e, assim, liderá-las. Essa população deve ser instruída com os códigos da civilização para que operem numa cultura comum:

Os espíritos se esclarecem, os hábitos se civilizam, a indústria difunde seus benefícios, os homens descobrem seus direitos e a instrução lhes revela seus deveres para com as ciências. A partir de agora, será a capacidade que deverá decidir a hierarquia social. E caberá a instrução revelá-la e desenvolvê-la (Rancière, 2015, p. 163).

Se o sujeito experimenta que sua atividade, assim como seu pensamento, é comunicável e sua emoção e experiência são partilháveis e relevantes, podemos tomar a atividade material como da ordem do discurso. Desta forma, a construção de saberes pode partir da igualdade, considerando relevantes as atividades humanas de ordens diversas. “É preciso que o artesão fale de suas obras para se emancipar, é preciso que o aluno fale da arte que quer aprender” (Rancière, 2015, p. 97). Muito tem o pescador a dizer sobre as marés, os ventos e as temporadas de pesca, e não é de menor valor frente àquele que estuda a anatomia dos peixes. Aqui reside a falta de sustentação de hierarquias, porque aquele que imaginou os códigos da escrita se assemelha ao que inventou o papel, que se assemelha ao que escreve com a pena, que se assemelha ao que prepara as penas e, assim por diante, porque são frutos de uma mesma inteligência, uma vez que “A potência não se divide” (Rancière, 2015, p. 47).

Segundo Sanches (2005) no contexto brasileiro, e a partir de uma concepção hegemônica, aqueles que estão à margem do projeto do progresso devem civilizar-se pelos modelos culturais disponíveis, para que se beneficiem do sistema da cultura comum. Mas, a eles nada fica senão a demarcação da desigualdade, a delimitação de seus lugares. Essas vozes são ouvidas como ruídos, seus conhecimentos são interpretados como folclore, tal como acontece aos povos indígenas e tradicionais. Como aponta Rancière (2009), estes são aqueles que ficaram sem parte na distribuição hierárquica da partilha, já que nada possuem (nem a nobreza do sangue, nem a herança, nem a propriedade da terra, nem o título), sendo apenas a parcela dos sem-parcela. Suas demandas não podem ser compreendidas pelos grupos que agem em domínio ou governo, porque suas falas

são inaudíveis. Os detentores da palavra estão inscritos em marcadores sociais que os tornam passíveis de inteligibilidade, como é o homem branco, cisheteronormativo, com títulos, terras ou propriedades, da nobreza ou de classes sociais privilegiadas.

As lógicas hierárquicas que distribuem e naturalizam a ordem social, instituem um ordenamento de como devem operar os corpos e os lugares a eles destinados, o que Rancière (1996) nomeia de lógicas **policiais**. A “polícia” aqui se liga à gestão das populações, mas também engloba o que opera os humanos e suas relações, seus lugares na sociedade, as perspectivas hierárquicas da realidade e da produção, do mercado e, também, as distribuições dos modos de viver. O que caracteriza a “política”, por outro lado, é um desentendimento, uma ruptura e uma perturbação da distribuição policial de lugares e de contagem das partes. Ela torna audível a voz que antes era ouvida como ruído, em um ato abrupto de verificação da igualdade de qualquer ser humano em relação a qualquer outro ser humano (Rancière, 1996).

Tal perturbação age em uma reconfiguração do sensível, de suas formas de inscrição, do modo dominante de apresentação das coisas: a afirmação da competência dos incompetentes. Essa experiência ruma ao alargamento da descoberta das competências sensíveis que não estavam antes impressas (Rancière, 2012a). A descontinuidade da ordem do jogo produzida por este contingente pelo qual os corpos são distribuídos produz afetos que se ligam à capacidade de ação. Um movimento de emancipação social é a produção do que se inicia como verificação da igualdade (Vermeren et al., 2003).

A inteligência é atenção e busca, antes de ser combinação de ideias. A vontade é potência de se mover, de agir segundo movimento *próprio*, antes de ser instância de escolha... Essa vontade sou eu, é minha alma, é minha potência, é minha faculdade. (Rancière, 2015, p. 83)

Para Rancière (2012b), construímos nossa linguagem ao nos aventurarmos nas “florestas das coisas e signos” (p. 15), experimentando diferentes relações entre objetos e palavras, conexões entre o novo e o conhecido, em um movimento que realiza a mesma operação pela qual aprendemos a língua materna.

Espinosa (2007), a partir da sua filosofia da imanência, ou da ideia da realidade como existente em ato, define o sujeito como uma potência de vida que está em variação de acordo com o encontro com outros corpos, os quais podem aumentá-la ou diminuí-la (Deleuze, 2002). À essa potência ou força da existência chama-se

conatus (Espinosa, 2007). A potência de ação está relacionada ao agir com liberdade, que se opera quando se é causa da sua própria ação. Na servidão, que é a diminuição da liberdade, reproduzimos as forças pelas quais nos encontramos constrangidos. Quanto mais atento às forças que produzem as suas ações, mais poderá o sujeito inclinar-se a aumentar sua potência de ação, conectando-se às afetações que a aumentam. Para Espinosa (2007), não há fundamento para hierarquias porque todos os seres existem pelas mesmas leis da substância, isto é, da natureza.

Articulando o pensamento de Espinosa ao de Rancière, podemos tomar de empréstimo o conceito de potência em Espinosa para compreender a capacidade de qualquer ser humano de interpretar e se aventurar na floresta dos signos. A potência só existe nas relações com outros corpos, as quais podem aumentar ou diminuir sua força. Nessa perspectiva, uma relação emancipadora é aquela que reconhece no outro sua capacidade e sua igualdade na potência de aprender e se aventurar pelos signos, o que aumenta a sua potência de ação, a partir dessa relação. O contrário da emancipação é o embrutecimento, o que significaria uma postura na qual o outro me aparece como menos capaz por uma suposta natureza, menos inteligente, menos autônomo, ou menos humano, no sentido ontológico do termo. Nesta situação, tão comum e predominante no contexto social de base capitalista, tem-se a base que sustenta as posturas assistencialistas, seja na educação, na saúde, nas relações de trabalho e na assistência social.

Caminhos metodológicos

A pesquisa que originou este artigo tinha como foco toda equipe técnica, sob a compreensão de que não se faz possível olhar a prática da Psicologia de forma isolada, coadunando com o princípio da integralidade e interdisciplinaridade das diretrizes da Assistência Social (MDS, 2005).

Para a construção deste artigo, focamos as informações advindas das equipes dos 10 CRAS de um dos municípios da região sul, por meio de 11 entrevistas realizadas coletivamente, sendo duas delas realizadas em uma mesma unidade com equipes de diferentes períodos, portanto com 11 grupos. Os profissionais que compunham as equipes técnicas, alvo da pesquisa na época, abrangeram em seu núcleo básico as áreas da Psicologia e Assistência Social, totalizando 42 profissionais entrevistados, sendo 37 mulheres e cinco homens. Cada entrevista

era composta por 3 a 4 profissionais, nas quais seguíamos o roteiro, lançando as questões para que respondessem conforme o desejassem. Todos os entrevistados respondiam, na modalidade grupal, de forma que cada resposta complementava a outra.

Inicialmente, foi realizado um mapeamento em todos os CRAS do município escolhido. Após contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social e da aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (90168318.9.0000.0121), fomos em duplas em cada CRAS, de forma a apresentar e explicar aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi assinado por todos os profissionais envolvidos. A condução ética da pesquisa se dá a partir do arcabouço teórico que nos norteia junto às normativas acerca da pesquisa com seres humanos (Resolução nº 016, 2000; Resolução nº 510, 2016). Desta forma, a condução das entrevistas levou em consideração o compromisso em resguardar a integridade dos participantes, e se assegurou do consentimento dos profissionais sobre suas contribuições serem testemunhadas e compartilhadas por seus colegas na proposta de entrevista coletiva. De forma a preservar o anonimato dos profissionais, seus nomes são fictícios e os CRAS estão classificados pelas letras do alfabeto greco-romano. Para minimização de riscos e desconfortos, os pesquisadores estiveram atentos a necessidades de manejo e disponíveis para mediação, caso fosse necessário.

Na sequência, os participantes responderam um questionário contendo dados da formação profissional, tempo de serviço e histórico no CRAS. Em seguida, aconteceram os encontros nos quais realizamos as entrevistas semiestruturadas com roteiro norteador, cujas questões envolvem: suas experiências de trabalho nos CRAS; a relação entre as equipes de trabalho; as condições de trabalho e sua relação com o Estado; as relações interinstitucionais; os trabalhos com grupos e coletivos; os trabalhos no contexto comunitário; dificuldades e avanços no cotidiano de trabalho. As entrevistas aconteceram no espaço das unidades, em salas que pudessem acomodar todos os sujeitos presentes e foram gravadas em vídeo, transcritas e categorizadas a partir de seu conteúdo discursivo. A duração das entrevistas não foi preestabelecida, tendo variações de menos de 1 hora até 3 horas.

A categorização das entrevistas foi montada a partir de eixos convergentes entre as falas dos profissionais. Inicialmente, criamos dois eixos de análise e suas temáticas: um eixo mais voltado para a relação com o Estado, a rede intersetorial e a gestão; outro mais voltado para as relações internas nos CRAS, as práticas profissionais e o

olhar para os usuários. A partir dessas temáticas, criamos nove categorias. O foco central deste trabalho é responder como os profissionais entrevistados olham para os usuários em relação às transversalidades produzidas pelo contexto instituinte da Assistência Social no Brasil. Para isso, olharemos principalmente para uma das categorias de análise, intitulada “Olhar da equipe sobre os usuários”, com dados de um dos municípios, localizado no sul do Brasil. A elaboração deste artigo é efeito do conteúdo compilado nesta categoria.

As análises estão pautadas em uma perspectiva crítica do discurso. Compreendemos o discurso como ato, situado social, histórica e culturalmente, constituído pelas forças que o produzem e que produz articulações entre inteligibilidades, refletindo, refratando e construindo incessantemente a realidade (Foucault, 2019). Falar, como indica o verbo, se realiza como uma ação. Sendo assim, atualiza, por meio da linguagem, os discursos que constituem a sociedade. A linguagem é a organização de signos simbólicos, com os quais expressamos e interagimos em relação às ações de outras pessoas. Neste trabalho, partimos da noção segundo a qual os sujeitos produzem os significados da sua experiência por meio da linguagem (Neves & Nogueira, 2003). É com a linguagem que construímos nossos objetos nos processos de subjetivação. Em suma, a linguagem é parte considerável do que chamamos de realidade e pode ser comunicada através da fala.

Compreendemos que os sujeitos compõem e são compostos pela história mutuamente, ou seja, não há interpretação que não esteja circunscrita em delimitações sociais, culturais e históricas, concepção que baliza todo o trajeto desta pesquisa. O pesquisador é sujeito e objeto da história, inscrito também em uma rede de significações. Em termos espinosanos, afeta e é afetado pelos corpos que encontra e assim se faz a ação de pesquisar. À medida que emergiram, nas entrevistas, os posicionamentos dos profissionais em relação aos usuários, foi possível analisar se e quando partem da verificação da igualdade, dialogando os efeitos dessa experimentação com a expansão da democracia, que orienta o processo constituinte da Assistência Social.

A partir daí, buscamos articular os discursos teóricos e os empíricos, visando estabelecer linhas analíticas das cenas e situações a nós comunicadas, criando redes de compreensão que se façam horizontalizadas pelos diferentes saberes em jogo na experiência da pesquisa.

Resultados e discussão

A Igualdade como Pressuposto

Os rumos que tomam as ações no campo da Assistência Social, quando vinculada às políticas públicas, colocam os profissionais desses espaços a verificar cotidianamente questões sobre sua formação, seus fazeres e métodos. Embora a política possua materiais de base, as práticas devem ser elaboradas em congruência com as demandas e especificidades dos territórios e de cada comunidade.

Identificamos nas nossas entrevistas um grande esforço dos profissionais em romper com a lógica assistencialista que tradicionalmente caracterizou o campo. Por outro lado, algo pode se manter dessa historicidade no que diz respeito às formas de olhar para os usuários que, em alguns casos, reproduzem elitismos em consonância com a noção de cidadania regulada (Santos, 1979). Nesses casos, as ações realizam um enquadramento dos usuários, que se valem de normativas sobre o que deve ser valorizado e sobre o conhecimento que se tem ao inserir-se em uma rede institucional, cujos saberes são associados e investidos como mais verdadeiros/legítimos que os da população local.

Rancièr (2015) coloca que, para que se haja emancipação de um sujeito cognoscente, deve-se pressupor a igualdade das inteligências. Mas, antes que essa igualdade seja ponto de partida para olhar o outro, ela deve igualmente ser ponto de partida sobre si mesma. Em outras palavras: o único apropriado a emancipar-se é o próprio sujeito. Esse caso é ilustrado na fala da psicóloga do CRAS B: “a gente tenta... essa coisa que a gente tenta facilitar do usuário... é com ele... sem tutelar. Ele está implicado na questão.” (Laura/psicóloga/CRAS B). De forma geral, boa parte das equipes compreende que é o sujeito usuário quem deve tomar suas decisões e realizar suas escolhas, ainda que o CRAS esteja para lhe esclarecer direitos e possibilitar a abertura de um campo de alternativas. Mas, se por um lado compreendem a política social como direito do cidadão e, assim, o CRAS aparece como um facilitador de suas garantias, por outro, o lugar do Estado também pode se constituir como um operador do controle.

A instrução fornecida pelos meios de educação formal tem a função de regular os modos de ser e de fazer dos corpos consoantes a diferentes modos de ser-em-comum. Sendo o Estado, muitas vezes, operador dessa regulação, os CRAS se encontram em uma situação paradoxal. Isso é apontado pelo psicólogo do CRAS C:

“o Estado também, na maioria das vezes, só aparece para fiscalizar, para normatizar, para regular... e se apresenta assim, numa primeira fase, com uma voz mais macia, mais tranquila, mas que no fundo ‘tá’ numa perspectiva de investigação” (Gustavo/psicólogo/CRAS C). É possível pensar, a partir desta fala, que a “cidadania” vai aparecer como cidadania regulada. Entretanto, paradoxalmente, é importante observar a importância dessa noção de cidadania em relação ao papel do Estado como protetor e promotor de direitos em relação à sua população (Carretero, 2018).

A assimetria entre saberes que dicotomiza a qualificação dos especialistas e a dos usuários do serviço permite o controle de certos grupos sobre outros. A práxis dos profissionais é atravessada por diversas forças que embrutecem a relação profissional-usuário quando contribuem com ordens sociais excludentes. Mas, também podem ser transformadoras quando partem da igualdade como perspectiva para produzir fissuras nas lógicas dominantes:

E se tem uma coisa que também me chamou atenção foi como as pessoas sabem muito do lugar delas, né? Porque quando tu pega os apontamentos que elas trazem e tu vai olhar nos dados quantitativos sobre o bairro, tu vai ver que elas têm um domínio impressionante, pessoas pouco escolarizadas, sobre questões que realmente acontecem. (Gustavo/psicólogo/CRAS C)

Na fala de Gustavo há um reconhecimento sobre os saberes da população local, mas simultaneamente lhe chama a atenção que “pessoas pouco escolarizadas” podem ter determinado domínio sobre as dinâmicas do próprio cotidiano. Essa perspectiva de partida atualiza hierarquias entre diferentes formas de conhecimento. Para construir relações e atuações nos CRAS, é possível se deslocar das hierarquias entre saberes e se voltar àquelas formas de conhecimento providas pelas experiências nos territórios (MDS, 2009, 2012). “Ponto de partida, mas que em certa medida é um efeito, que é essa posição de reconhecimento” (Gustavo/psicólogo/CRAS C). Verificar a igualdade pressuposta é conceber a si e aos outros como potências de uma mesma relação vital, como aprendizagens que acionam os mesmos processos, ainda que por contextos sociais específicos. Dando continuidade a esta forma de pensar, apresentamos as falas de duas assistentes sociais do CRAS D:

O usuário que eu vejo é um cidadão, eu sou uma cidadã, quem eu estou atendendo é um cidadão, que tem a mesma necessidade que eu tenho ...

necessidade de alimentação, que tem uma necessidade de moradia, uma necessidade de habitação... Eu tenho a mesma necessidade que aquela pessoa, a gente é feito da mesma matéria... precisa morar, precisa se vestir, precisa tudo. Eu vejo dessa forma, que é usuário, cidadão, sujeito. O nome pouco importa. (Lorena/assistente social/CRAS D)

“Também sou usuária” (Leticia/assistente social/CRAS D). As assistentes sociais compreendem os usuários por um processo no qual há a verificação da igualdade de qualquer ser humano com qualquer outro, deslocando sua identidade na direção do outro, desidentificando-se de seu lugar identitário experienciando, assim, um movimento de subjetivação política (Rancière, 2014). Sua verificação se deu pela via da mútua necessidade na qual, por meio de seu deslocamento identitário, não se reconheceram em um lugar de superioridade. “Cidadão”, termo que é designado aos direitos humanos, deve olhar a todos os corpos sem distinção, embora o cunho do termo tenha em seu histórico tantas controvérsias. Foi por essa via que as profissionais experimentaram a verificação da igualdade, que é inclusive levada a termos últimos quando diz pouco importar o nome da pessoa usuária, ou seja, como usuária basta para um cuidado sensível e integral, basta que seja sujeito e é, porque humano. É também na condição de usuária de um serviço que é público que a emancipação se coloca em ato, agindo no pressuposto do papel do mestre como de confirmar ou fortalecer a vontade que aparece à sua frente, e acompanhá-la em encontrar o seu caminho, aprendendo junto ao que solicita as suas conexões. O radar dos profissionais dos CRAS deve estar acionado à “vontade” dos usuários, que se dirige ao que os Centros podem oferecer, na articulação da rede e das demandas.

Juliana, psicóloga do CRAS A, nos coloca que “quando se tem informação, se tem o poder também. Acho que falta muito de informação para essas pessoas, e essa força né, porque tem muitas que parecem não se sentir dignas de ganhar um determinado direito” (Juliana/psicóloga/CRAS A). Em uma sociedade democrática, para lutar pelos seus direitos o cidadão precisa conhecê-los. A informação é uma via possível para a emancipação humana, mas não basta. O que importa é como essas informações passarão para o conhecimento. Podem partir, por exemplo, das necessidades verificadas pelos sujeitos, pela necessidade ou vontade que o lança a buscar essas informações.

Uma das profissionais do CRAS E, comprometida em “fortalecer o que eles [os usuários] entendem como

prioridade”, compreende que, “às vezes, o sentido não tem a resposta”. Luana, assistente social do CRAS E, abordava nessa fala um momento em que a demanda apresentada pelo território, a respeito do conceito de saúde ampliada, culminou em discussões sobre como a comunidade compreendia a concepção de saúde. Quando emprega que o sentido não tem a resposta, afirma que este não está dado a priori, mas em construção contínua e em conjunto com os usuários. Neste exemplo, constitui-se uma demanda sobre acesso a consultas especializadas de saúde, deparando-se com dificuldades na efetivação desses serviços. Por fim, na articulação com os usuários, percebem a própria comunidade tentando dar conta das visitas aos doentes, e integrando-se na promoção de saúde mediada pelas benzedadeiras do bairro. A comunidade utiliza de seus próprios recursos, os quais não eram reconhecidos como tecnologias na produção de saúde. Ainda que continuem necessitando de consultas especializadas, a atenção prestada pelas benzedadeiras produz um cuidado contextualizado, favorecendo o sentimento de proteção e alívio imediato da dor, fazendo-se, assim, um importante agente de promoção de saúde.

Aqui, a emancipação se atualiza com o questionamento da distância entre os saberes e daquilo que inferioriza uns e supervaloriza outros. Sendo essa desigualdade “inventada”, foi possível reconhecer como competente um saber que deu conta de parte da demanda na comunidade. Uma assistente social do CRAS B relata que tem trabalhado com os usuários compreendendo o espaço desta unidade como deles e, a partir daí, pode buscar a reflexão sobre o exercício da cidadania que conquistaria outros espaços, e o que isso significa para os usuários. A partir de recursos de seus saberes, que não são menores ou menos complexos que outros, eles fazem conexões que dão sentido e culminam, neste caso, na ocupação de lugares de decisão: “essa semana a gente chamou para que eles se reunissem para ocupar o espaço nos conselhos, porque ali é um espaço da sociedade” (Lidiane/assistente social/CRAS B). Partindo da igualdade foi possível reconhecer que qualquer lugar é passível de ser ocupado por qualquer sujeito.

Reconhecer os saberes dos usuários em sua complexidade é experimentar diferentes conexões, os territórios dos CRAS no município estudado têm em seus arranjos populações pescadoras, artesãs, tem cantores e produtores de RAP, entre outras formas de conhecer a realidade. Para apreender e aprender a pesca, é necessário um estudo preciso sobre hábitos dos peixes,

sobre espaços estratégicos, sobre o clima. Assim como para o artesão no tecer, é preciso saber o ideal daquele pequeno ponto que produz uma grande rede. Para o RAP que nomeia a realidade à maneira dela mesma, é preciso estudar sua história, seu ritmo, sua poesia. Sobre esta discussão, Gustavo, do CRAS C, afirma: “não sei como vocês percebem isso, mas tem um aprendizado assim, de história de vida de saber” (Gustavo/psicólogo/CRAS C). Nesse segmento, alguns CRAS têm trabalhado com os conhecimentos dos usuários em grupos com artesãos, por exemplo. Em duas das unidades, a comunidade é fortemente composta por este arranjo. No CRAS E, partiu-se da demanda inicial de usuários, que eram diversas, mas comuns na condição de artesãos. A partir desse tema, chega-se em conjunto às dificuldades para desenvolver o trabalho naquela área, para depois pensar quais os lugares possíveis para comercializar os artesanatos naquela região territorial e, por último, na verificação de quais as políticas públicas de apoio para esse setor de trabalho. Todo o movimento é gerenciado pelos usuários.

Foi necessário deslocar os saberes como operados pela propriedade, ou seja, como algo que se tem ou não se tem. Compreendendo a igualdade como pressuposto, os saberes se fazem em ato e são produzidos por seu compartilhamento sensível igualmente partilhado. Quando as práticas da assistência social se colocam em composição com sujeitos usuários, compõe-se um novo conjunto, autogestionado pela sua própria história compartilhada, e produtor de seu próprio desejo de emancipação.

Emancipação e Política

Sobre a caracterização do público que se dirige ao CRAS, tomemos essa fala:

Eu acho que são aqueles que não encontraram outro lugar. Não encontraram lugar nas outras políticas porque em geral a gente é esse espaço para aqueles que, em todos os outros lugares, deu errado... um espaço para aqueles que não tiveram lugar. É a política da falta de política. (Elisa/psicóloga/CRAS F)

Esse trecho nos remete diretamente à caracterização da parcela social dos sem-parcela na distribuição de poder, abordada por Rancière (1996). A parte dos sem parte indica aqueles que têm seu saber desqualificado e sua voz ouvida como ruído, como aquilo que não é passível de inteligibilidade. Suas reivindicações não podem ser consideradas porque não são consideradas

passíveis de compreensão. O psicólogo Gustavo do CRAS C aborda: “a gente escuta a história de vida dessas pessoas que é todo tempo marcada pela ausência de reconhecimento, a pessoa ser constituída por olhares que quase sempre a atravessam, mas não enxergam”. Essas vozes, podendo vir a demandar, a denunciar, serão manifestadas, mas, no entanto, aquilo que elas querem dizer, nem sempre será compreendido.

Reconhecer como sujeitos, como cidadãos, eu acho que é importante porque é raro, muito raro, as políticas fazerem isso. E aí, é claro, eu acho que tá aí uma coisa muito artesanal de ir acompanhando as pessoas ao longo do tempo. (Gustavo/psicólogo/CRAS C)

A raridade da política pública provocar um dissenso sobre a divisão hierárquica de lugares e sobre a não naturalidade da desigualdade social, pode produzir experiências democráticas e emancipatórias. O dissenso não se trata de um simples conflito de diferentes pontos de vista, mas de um questionamento sobre a constituição do comum e sobre o que é passível de ser visto e ouvido. A ação política compreende-se nos litígios, é restrita e acontece quando se revelam e se organizam esses recortes do mundo sensível (Rancière, 1996). A política perturba a ordem social estabelecida e se manifesta no dissenso operando modificações no que é dizível e visível. O conflito na configuração policial pelo qual emergem novos atores se realiza em acontecimentos que chocam dois regimes de visibilidade (Rancière, 1996).

Quando os sujeitos se interrogam sobre suas funções na sociedade, podem produzir uma implicação crítica de deslocarem-se dos lugares que lhes foram designados. A democracia não é compreendida por Rancière como uma forma de governo, mas como um exercício litigioso em relação ao que nos aparece como dado na experiência política (Vermeren et al., 2003). Acontece, inclusive, quando as pessoas que têm seus saberes destituídos se colocam em uma situação que possibilita que a igualdade das inteligências se verifique. É o poder dos incompetentes que rompe com os fundamentos contingentes que produzem hierarquia entre os saberes. A prática política está relacionada à emancipação, porque é pela afirmação da potência de todos e qualquer um que os incapazes se mostram capazes, e os emudecidos demonstram que têm voz. E, assim, o espaço da palavra é reconfigurado (Vermeren et al., 2003).

Quando Carla, psicóloga do CRAS A, afirma que a grande contribuição dos CRAS, na sua perspectiva, se dá quando as pessoas usuárias se compreendem como

passíveis de estarem em espaços políticos reivindicando por seus direitos, é porque “reconheceram que, como é um espaço público, [este espaço] é delas”. Para Carla, tal reconhecimento, além de uma possibilidade de ação política, é uma expansão da potência de ação porque age por si mesma e se coloca ativa no que irá compor, no caso, as diretrizes dos serviços públicos. Quando os usuários ocupam cadeiras em conselhos, espaços em conferências, colocam-se em cena e podem provocar uma reconfiguração do instituído. Por fim, vale trazer a fala de Fernando, psicólogo do CRAS B, sobre o movimento da assistência social e da iniciativa dos usuários, marcando como compreende uma mudança efetiva:

A gente vai apagando incêndio aqui, e a lógica, e a história da Assistência foi sempre de apagar incêndio, ou a gente desconstrói isso, começa a construir uma organização social na qual as pessoas comecem elas mesmas a se juntar pra ver como que elas vão resolver esse problema e não ficar dependendo do Estado, mas cobrando do Estado seus direitos, aí a gente vai começar a ter uma mudança significativa realmente.

Considerações finais

A Assistência Social no Brasil avança no seu sentido democrático quando se desloca das concepções assistencialistas sobre os sujeitos das políticas públicas. As concepções inerentes ao SUAS sobre a Política de Assistência Social contribuem para que os profissionais dos CRAS operem na via da emancipação política. Essa compreensão extrapola a ideia de garantia de meios para sobrevivência como vinculados exclusivamente à alimentação, moradia e consumo.

No entanto, o processo instituinte das ações assistenciais poderá ligar-se ao embrutecimento se pressupuser que o sujeito em situação de vulnerabilidade nada sabe de sua realidade, estigmatizando-o como passivo e pouco capacitado para compreender as relações à sua volta. Sob este risco, o trabalho na assistência social desconsideraria as vontades e saberes desta população, na tentativa de emancipá-la socialmente, inserindo-a nas regras e leis que regem a distribuição dos corpos na partilha do comum. Essas ações conversam com o histórico colonial do país e não se esgotam apenas em mudanças nas diretrizes dos serviços, porque é produzida nas relações entre os corpos, nas relações entre profissionais e usuários os quais também têm sua constituição na teia dessas significações instituídas.

Por apostarmos na visibilidade de discursos acerca das práticas profissionais emancipatórias e na sua capacidade de multiplicação, destacamos a parte das atuações profissionais abordadas que fizeram da igualdade seu ponto de partida. A expansão no campo da democracia pode ser apontada, quando se nomeia como passível de ocupar lugares de organização social aqueles tidos como incompetentes. Os CRAS aqui pesquisados se configuram como espaços de práticas inventivas, em especial, na expansão do campo da democracia nas relações cotidianas e profissionais do trabalho no âmbito da Assistência Social. Essa dinâmica fortalece as demandas de reconhecimento dos saberes e vontades daqueles sujeitos usuários como legítimos.

Os discursos aqui trazidos apontam para uma forma de pensar o usuário como um sujeito de direitos e, como tal, capaz de articular suas demandas e aumentar sua capacidade e possibilidade de ação, desde que tenha acesso ao que lhe é básico e fundamental.

Tomando, portanto, o campo da Assistência Social como um operador no processo de expansão da democracia a partir da premissa da igualdade das inteligências, é importante mencionar, mais uma vez, o sucateamento que esses espaços têm experimentado. No período em que este trabalho foi elaborado, as políticas públicas vinculadas à Seguridade Social caminhavam em seu percurso recente rumo a possíveis estruturas, enfrentando ataques e desmontes num movimento constante entre consolidação e fragmentação. Este movimento é aguçado pelo projeto político posto em voga pelo governo federal a partir da eleição de 2018, em conjunto à desigualdade social escancarada pela pandemia, ilustrando as dificuldades dos trabalhadores em relação a condições básicas de sobrevivência e a precarização dos empregos e ocupações impactados pela exploração de trabalho (Boschetti & Behring, 2021; Castilho & Lemos, 2021). Essas condições unem profissionais e usuários das políticas públicas como prejudicados pelo mesmo desmonte.

Com este cenário, as produções acerca da Assistência Social que se debruçam em um projeto político democrático, e que pretendem uma redução da desigualdade, devem levar em conta a fragilidade na qual se encontram as conquistas da Constituição de 88 (Constituição da República Federativa do Brasil, 1998) no contemporâneo, e as formas de empregá-la. As ameaças ao retorno do assistencialismo ligam-se a projetos de distribuição de renda, com recursos básicos que garantem apenas que o corpo aguente a exploração da mão de obra (Boschetti & Behring, 2021). Os auxílios emergenciais de

transferência de renda, muito utilizados na pandemia, retornam nossas discussões para a tensão entre emancipação e assistencialismo, numa ameaça sempre constante de regresso ao que mantém a divisão das inteligências e hierarquiza os corpos e suas funções (Castilho & Lemos, 2021). O desejo de criação dos trabalhadores das unidades CRAS, tal qual a premissa de igualdade na constituição de seu trabalho não basta para que o serviço se estruture. Faz-se fundamental um comprometimento estrutural dos governos, em todas as suas instâncias, com a seguridade social e aqui, em especial como um direito do cidadão à vida digna para todos os cidadãos.

Esta pesquisa buscou dar visibilidade ao discurso de profissionais da assistência social de um município do sul do país, sobre o olhar para os usuários. Apostamos que tal visibilidade pode ampliar os olhares sobre os fazeres na assistência social e com isso ampliar práticas e discursos que possam ter a igualdade de todo ser humano com qualquer outro ser humano como princípio norteador de seus fazeres. A originalidade da pesquisa está amparada, além dessa visibilidade, na leitura desses discursos a partir da filosofia política de Rancière, das diretrizes da própria Política de Assistência Social e na forma proposta de articulação dos diferentes discursos e saberes de forma horizontalizada.

Outras pesquisas devem e precisam ser desenvolvidas no campo da assistência social, cruzando saberes e fazeres neste campo, em especial, buscando os efeitos psicossociais das transformações recentes provenientes do desmonte dessa política que temos vivido desde 2018 e como, do ponto de vista intersubjetivo, temos conseguido ou não o enfrentamento em relação a tal desmonte. Apostamos nas brechas do tecido e que tais brechas podem produzir fissuras no cenário de forma a não sermos totalmente capturados pela cena antidemocrática no seio das políticas sociais.

Referências

- Boschetti, I., & Behring, E. R. (2021). Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. *Serviço Social & Sociedade*, 66-83. doi: 10.1590/0101-6628.238
- Carretero, G. H. (2018). *Atuação de psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS: (im)possibilidades* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/21185>
- Castilho, D. R., & Lemos, E. L. S. (2021). Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálysis*, 24, 269-279. doi: 10.1590/1982-0259.2021.e75361
- Conselho Federal de Psicologia, Comissão Nacional da Psicologia na Assistência Social (2016). *Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Brasília: CFP.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 de outubro). Recuperado de <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- Espinosa, B. (2007). *Ética* (T. T. Silva, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Fachin, Z. A., & Pagliarini, A. C. (2018). Movimentos sociais na Constituição Brasileira de 1988: a construção da democracia e dos Direitos Humanos. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, 6(12), 150-160. doi: 10.21527/2317-5389.2018.12.150-160
- Faustino, D. N. (2014). O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In E. Al. Blay (Org.), *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 75-110). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Foucault, M. (2019). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola.
- Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lopes, D. L. A., Maheirie, K., & Justo, A. M. (2020). Encontro de mulheres no CRAS: uma experiência na construção grupal. *Polis e Psique*, 10, 158-177. doi: 10.22456/2238-152X.98580
- Maheirie, K., Gomes, M. A., Minchoni, T., Tonial, F., Bruniere, M. F., & Hining, A. (2020). Tensões no campo do político e da prática profissional na assistência social. *Revista de Psicologia Política*, 20, 667-687. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300016&lng=pt&tlng=pt
- Maheirie, K., Gomes, M. A., Tonial, F., Minchoni, T., Arndt, A. D., & Correa, B. (2019) Subjetivação política e aumento da potência de ação: quem são os usuários do CRAS? *Psicologia em Revista*, 25(2), 874-890. doi: 10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p874-890
- Maheirie, K., Miranda, P., Sawaia, B. B., & Iniguez-Rueda, L. (2021). Psicologia nos CRAS: uma análise do dissenso e dos processos de coletivização. *Psicologia & Sociedade (online)*, 33, 1-17. doi: 10.1590/1807-0310/2021v33n232754
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Autor. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília: Autor. Recuperado de <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/norma-operacional-basica-suas-2005.pdf>
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2009). *Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS*. Brasília: Autor. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Orientações técnicas sobre o PAIF: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília: Autor. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_1.pdf
- Neves, S., & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re) construção dos espaços

- terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15, 43-64. doi: 10.1590/S0102-71822003000200004
- Rancièrè, J. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34.
- Rancièrè, J. (2009). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34.
- Rancièrè, J. (2012a). *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Lisboa: Antígona.
- Rancièrè, J. (2012b). *O espectador emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Rancièrè, J. (2014). *Nas margens do político* (1ª ed.). Lisboa: KKYM.
- Rancièrè, J. (2015). *O mestre ignorante - cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Resolução nº 016/2000*. (2000, 20 de dezembro). Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Resolução nº 510/2016*. (2016, 7 de Abril). Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde.
- Romagnoli, R. C. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 151-161. doi: 10.1590/1807-03102015v28n1p151
- Sanches, M. R. (Org.). (2005). *Deslocalizar a "Europa", antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia.
- Santos, W. G. (1979). *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus.
- Vermeren, P., Cornu, L., & Benvenuto, A. (2003). Atualidade de O mestre ignorante. *Educação & Sociedade*, 24(82), 185-202. doi: 10.1590/S0101-73302003000100009
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. spe), 9-24. doi: 10.1590/S0102-37722010000500002

¹Essa investigação teve a participação de outros pesquisadores: Ana Hining, Addressa Dias Arndt, Bruna Corrêa, Felipe Augusto Leques Tonial, Leandro Almir Aragon, Marcelo Felipe Bruniere, Tatiana Minchoni, Emília Franzosi, Luiza Moraes, e Maria Alice Echevarrieta.

Kátia Maheirie, Doutora em Psicologia Social pela Pontfca Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço para correspondência: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Campus Universitário- NUPRA- sala18B e 20 do Departamento de Psicologia, Bairro Trindade, Florianópolis/SC. Email: maheirie@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5226-0734>

Luiza Marson Moraes, Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: luizamarmor@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2148-3091>

Marcelo Felipe Bruniere, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Doutorando em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: marcelobruniere@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1185-3984>

Recebido em 23.nov.21
Revisado em 25.fev.22
Aceito em 01.abr.22